



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

# Anais

## IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

*Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços*

Belo Horizonte  
17 a 20 de outubro de 2006

*Sessões de Comunicações*

---

Realização:



## POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES COLETIVAS CONJUGADAS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

### ***Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro***

Estudante do Curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal de Viçosa

### ***Marco Aurélio Marques Ferreira***

Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa

### ***Karla Maria Damiano Teixeira***

Professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa

Rua Gomes Barbosa, 581 – Centro. Viçosa – MG. CEP: 36.570 - 000

TEL: (31) 3891-3500/ FAX: (31) 3899 - 2429

[doraliza\\_monteiro@yahoo.com.br](mailto:doraliza_monteiro@yahoo.com.br)

## **1. INTRODUÇÃO**

Este estudo pautou-se na análise do impacto conjugado de políticas públicas e ações coletivas como estratégia de desenvolvimento local. Para tal, tomaram-se, como objeto de investigação, comunidades de Viçosa-MG atendidas pelo Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

Na composição de ações conjugadas de apoio financeiro governamental e ações coletivas de superação das mazelas socioeconômicas, existe uma hipótese de que as famílias se envolvem em razão do benefício monetário gerado pelo programa. Desse modo, é nessa direção que o comprometimento para com as ações coletivas é motivado, sobretudo, pela existência dos recursos financeiros, conseqüência da importante participação desses recursos na composição renda mensal da família.

Essa idéia nasce, talvez, do ceticismo de alguns pesquisadores para com a capacidade de sobrevivência dos programas no longo prazo, o que só seria possível, nessa corrente, com a manutenção e ampliação do apoio assistencialista.

Em vertente oposta, concentram-se aqueles pesquisadores que acreditam na conjugação de ações coletivas e programas sociais como forma de dotar as comunidades de instrumentos de geração de renda e atividades produtivas, que garantam a sustentabilidade de programas sociais no longo prazo.

Tendo em vista essas questões, propôs-se, por meio deste estudo, investigar os impactos do programa social de garantia de renda mínima no envolvimento da comunidade, na superação das limitações socioeconômicas.

Para materialização da pesquisa, tomam-se como fatores a serem investigados e hipóteses a serem testadas as seguintes provocações: a) as pessoas que participam dessas ações coletivas são, na maioria, atendidas pelos programas sociais? b) existe relação direta entre comprometimento, participação nas ações coletivas e famílias atendidas pelos programas sociais?

A renda é foco central do estudo, em razão de sua importância direta nas condições de vida do ser humano. Sabe-se que os graves problemas sociais do País estão essencialmente relacionados à questão de renda, observada em termos de carência de trabalho, consubstanciados no desemprego e no subemprego, assim como de distribuição não eqüitativa.

A tônica dessa matéria tem como agravante o fato de ser o Brasil um país de realidades paradoxais. Em uma face tem-se a nona economia mundial e a quarta maior concentração de renda do planeta (NÉRI, 2002). Noutra face, possui cerca de 50 milhões de pessoas vivendo em condições de indigência, com renda inferior a 80 reais por mês.

Nesse contexto, aumentam-se as iniciativas de combate à exclusão social, por meio de ações de responsabilidade social corporativa e políticas e programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Gás, PGRM, entre outros. No entanto, o benefício recebido é quase sempre destinado ao vestuário e alimentação, funcionando como “suplemento ao orçamento familiar”.

Como argumenta o Conselho da Comunidade Solidária (2003), a transferência direta de recursos, como medida compensatória, sem exigir contrapartidas de capital humano e social, não terá condições de erradicar a pobreza.

Segundo Lavinias (1998) e Suplicy e Cury (1994), os programas sociais de transferência de renda devem constituir estratégia de combate à baixa escolaridade, à evasão escolar e, conseqüentemente, um instrumento de aumento de renda familiar. Isto porque o que reduz a pobreza é o aumento da renda dos trabalhadores e a melhoria da educação.

Em contrapartida, observa-se por incentivo do governo<sup>1</sup> e por necessidades individuais ou coletivas, a importância de se desenvolverem políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão. Nessa perspectiva, a economia solidária vem se mostrando um importante instrumento de combate à pobreza e de inclusão social.

De forma articulada às políticas de combate à pobreza em curso, problematiza-se em questões e necessidades locais para a construção de estratégias mais eficazes, como a geração de trabalho e renda, através do fomento ao cooperativismo e das ações de ajuda mútua e economia solidária, em um corpo de ações materializado em oficinas coletivas e atividades de produção local.

---

<sup>1</sup> Foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. O Problema social em questão

A economia predominante, baseada nos preceitos neoliberais e numa ética utilitarista, tem se mostrado ineficaz na equalização entre crescimento econômico e desenvolvimento social, o que vem resultando em ampla exclusão social.

Informações do Programa Fome Zero, citados por Silva *et al.* (2001), mostram que o País apresentava, à época, uma expressiva porcentagem de sua população em estado de pobreza absoluta, possuindo um dos maiores graus de desigualdade de renda do mundo, já que 50% da população mais pobre detinham pouco mais de 10% da renda total. Além disso, 1% mais rico detinha renda superior ao somatório daquela proveniente dos 50% mais pobres.

Ressalta-se, ainda, a existência de “bolsões” ou redutos de pobreza, tornando necessário adotar políticas capazes de atenuar as desigualdades, focalizadas nas localidades e regiões menos desenvolvidas e naquelas áreas e setores de maior concentração de pobreza (CONSELHO, 2003).

Nessas regiões, é possível identificar, claramente, a incidência de elevada pobreza, desnutrição, baixo nível de escolaridade, além de um considerável contingente de trabalhadores infantis, fatores observados, também, no município de Viçosa, na Zona da Mata Mineira, foco de análise deste estudo.

Dados do Radar Social (2005) mostram o crescimento da taxa de desemprego entre 1993 (6,4%) e 2003 (10%), um avanço de 56,2%, enquanto na América Latina cresceu 15,9%. Nessa conjuntura os programas de renda mínima têm se justificado como alternativa de intervenção do poder público em função da evidência de desemprego .

Em contrapartida, Fonseca e Montali (1997) justificam que os sistemas de proteção social e transferência de renda, existentes no Brasil, não se mostraram capazes de responder, de forma efetiva, as necessidades socioeconômicas da população desfavorecida.

Os militantes dessa área são de comum entendimento que esses programas demandam uma estrutura burocrática mínima, que associe transparência de gastos públicos aos resultados socioeconômicos de sua implantação.

Desse modo, a garantia de renda mínima é muitas vezes interpretada como auxílio financeiro, mas, conjugada com ações coletivas, pode atuar como estratégia de combate à baixa qualificação, a falta de profissionalização, ao desprovimento de ações concretas de inclusão.

Nesse sentido, as comunidades e seus indivíduos vêm buscando alternativas como trabalhar em conjunto, em iniciativas comuns que lhes possibilitem garantir ou obter uma qualidade de vida em seus locais e regiões.

## **2.2. Políticas públicas e ações coletivas**

Embora o campo da política pública seja amplo, abrangendo diversos atores sociais como indivíduos, instituições, interações, ideologias e grupos de interesses, Souza (2003) a define como aquela através da qual governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real.

Neste sentido, alguns estudiosos defendem que a decisão sobre políticas públicas, em uma democracia, são questões de ação coletiva e de distribuição de bens coletivos. Para sua real eficácia é necessário articular os processos de construção coletiva e a implementação dessas políticas, para se conduzir um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas da exclusão.

A ação coletiva pode ser entendida aqui como esforço e união de pessoas para atingir necessidades e objetivos comuns. Ela pode também ser interpretada como cooperação.

Segundo Olson (1999) a cooperação emerge dos esforços de um grupo, quando os benefícios almejados não são possíveis de ser alcançados individualmente. Nesse sentido, países, empresas, instituições de pesquisa e ensino, comunidades e diversas organizações vêm se unindo e atuando por meio de

parcerias, na busca de melhores resultados, acordos e ações conjuntas, em vez de atuarem isoladamente.

A economia baseada na cooperação designa atividades e organizações coletivas que, por um lado, visam às questões econômicas da produção e do mercado, e por outro, à melhoria das condições de vida e, sobretudo, a educação e a solidariedade dos que cooperam e buscam, através da cooperação, maximizar seus esforços.

### **2.3. Economia solidária**

A economia solidária, compreendida como a união de pessoas que administram seus negócios em todas as etapas, se constitui em atividades econômicas diversificadas que se baseiam no trabalho coletivo, na autogestão e na sustentabilidade. São muitas vezes iniciativas de Organizações Não Governamentais voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outros. (SENAES/MT, 2004).

Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos do mundo e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos<sup>2</sup>. Isso porque, diferentemente das ações de cunho assistencialista, o cooperativismo visa à promoção humana por meio da capacitação e autogestão de um empreendimento coletivo gerador de renda. A autogestão pode ser entendida aqui como a gestão da cooperativa pelos próprios associados, o que promove a população envolvida em, pelo menos, duas dimensões, quais sejam: a social e a econômica.

---

<sup>2</sup> De acordo com a revista *Agroanalysis* (2001), as relações de cooperação em nível comercial e econômico encontram-se em quase todos os países do mundo e cerca de 40% da população mundial está, de alguma forma, ligada a algum movimento cooperativista, sendo este responsável pela melhoria da renda e qualidade de vida das pessoas associadas.

Nesse sentido, é preciso que políticas realistas se associem a programas efetivos de geração de renda e de trabalho com base em cooperativas ou formas coletivas de produção e incentivos, financiadas com microcrédito e acompanhadas por ciclos sucessivos de capacitação profissional e técnica.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo teve como objeto de investigação duas comunidades de Viçosa-MG, atendidas pelo Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), em que fatores relevantes para a consolidação da parceria entre poder público e ações coletivas foram abordados, visando a perceber a sustentabilidade dessas ações, *pari passu* às necessidades das comunidades.

Utilizou-se como instrumental metodológico a aplicação de questionário socioeconômico semi-estruturado e, a partir dos dados disponíveis, recorreu-se, também, a metodologias participativas.

A cidade de Viçosa, foco de investigação, fica localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, na microrregião da Mata de Viçosa, possuindo uma área total de 299 km<sup>2</sup>. O município tem uma população de 73.121 habitantes e PIB de R\$ 252.878,00 (IBGE, 2005). Quanto aos aspectos humanos, o município encontra-se na categoria de médio desenvolvimento humano, com expectativa de vida de 64,29 anos, renda *per capita* de R\$ 276,60, o que corresponde a 92,2% do salário mínimo vigente; taxa de alfabetização de adultos equivalente a 87,85%, e taxa bruta de frequência escolar igual a 75,25 (UNDP, 2003).

#### **3.1. Caracterização da amostra**

Para a composição da análise, nessa seção, foram confrontados dois grupos: o primeiro constituído pelas 80 famílias cadastradas no projeto, pertencentes às comunidades de Barrinha e Cidade Nova; o segundo, pelas famílias que, além de cadastradas no projeto, viam-se envolvidas, diretamente, em ações coletivas de base associativista, totalizando 23 famílias.



O foco central concentra-se na tentativa de responder, empiricamente, às questões, materializadas na introdução deste estudo.

A inexistência de grandes diferenças entre os grupos formados de uma mesma população, exposta à mesma motivação, apoiada por uma análise qualitativa das respostas, poderá fornecer subsídios para as respostas a essas questões, concorrendo para a desmistificação da relação de dependência do apoio financeiro dos programas governamentais para a manutenção dessas ações.

Nesse ponto, torna-se oportuno destacar que os resultados não diminuem a importância da sustentabilidade do apoio financeiro, mas abrem perspectivas para a consolidação desses apoios *vis à vis* a manutenção e ampliação de atividades coletivas de base associativista, o que não prescinde do apoio público, garantido constitucionalmente.

### **3.1.1. Caracterização dos grupos**

#### **Grupo 1:**

A amostra é constituída por 80 famílias, sendo 55% da comunidade de Barrinha e 45% de Cidade Nova. Foi identificada uma média de 3,86 membros por família. Destes, 36,25% são mulheres (112), 35,27% são homens (109) e 28,48% são crianças (88). Destaca-se que 44,66% são donas-de-casa, crianças e/ou estudantes; 55,34% membros restantes são trabalhadores, aposentados ou pensionistas.

#### **Grupo 2:**

A amostra é constituída por 23 famílias que atuam no projeto (58,3% da Barrinha e 41,7% da Cidade Nova), com uma média de 4,35 membros por família. Destes, 36% são mulheres (36), 34% são homens (34) e 30% são crianças (30); 54% são donas-de-casa, crianças e/ou estudantes; 46% membros restantes são trabalhadores, aposentados ou pensionistas.

### 3.1.2. Fator trabalho

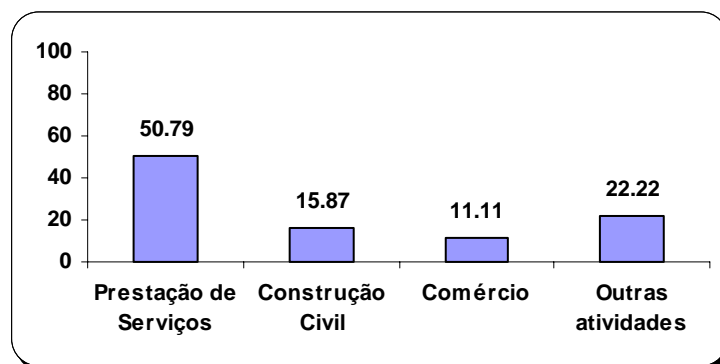
O destaque reside na grande ocupação na modalidade “prestação de serviços”, observada tanto no grupo 1 como no 2. Grande parte dos trabalhadores trabalha na prestação de serviços, como mostram os gráficos a seguir (Figura 1 e 2), sendo que esta modalidade vem crescendo desde a década de 90. Com o aumento do desemprego, as pessoas buscaram meios de se sustentarem de forma autônoma, oferecendo seus serviços ao comércio, indústria e também direto aos consumidores.

#### Grupo 1:

Possui 28,07% de pessoas com trabalho eventual; 45,61% com trabalho permanente, sendo 53,75% com carteira assinada; 12,86% são aposentados ou pensionistas; 11,7% são desempregados e 1,75% são incapacitados não aposentados.

Há, nas comunidades, pessoas que vivem em situação de indigência<sup>3</sup>, não atendendo, minimamente, suas necessidades diárias. Contabilizam 26,8% da amostra em estudo, porcentagem próxima da encontrada em 2002 no território brasileiro.

A taxa de desemprego é de 6,47%<sup>4</sup>, abaixo da taxa brasileira, mas há um alto número de pessoas na informalidade e com trabalho eventual.



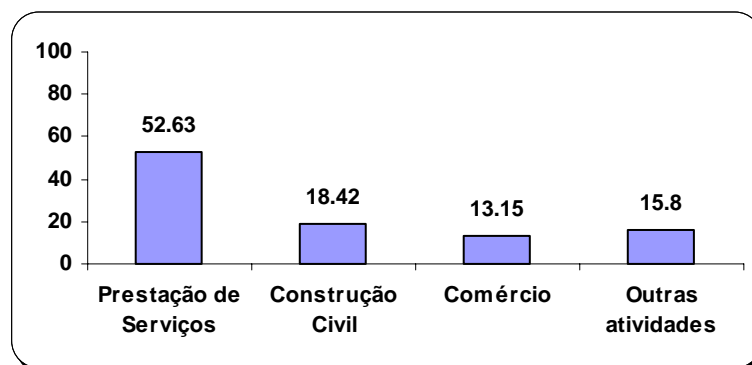
Fonte: Resultado da pesquisa.

FIGURA 1: Principais ocupações dos membros das comunidades

<sup>3</sup> Com renda inferior a R\$ 80,00 por mês.

<sup>4</sup> Em 2004 a taxa de desemprego foi de 9%.

## Grupo 2:



Fonte: Resultado da pesquisa

FIGURA 2: Principais ocupações dos membros das comunidades.

Possui 28,2% pessoas com trabalho eventual; 54,5% com trabalho permanente, sendo 72% com carteira assinada; 13% são aposentados ou pensionistas e 4,3% são desempregados.

A taxa de desemprego é de 2%, abaixo da taxa brasileira, mas há um alto número de pessoas na informalidade e com trabalho eventual.

Das famílias atuantes, 27% das pessoas vivem em situação de indigência, não atendendo, minimamente, suas necessidades diárias.

### 3.1.3 Renda

A qualidade de vida da população acha-se diretamente relacionada com a renda, pois existem componentes essenciais para o bem-estar das famílias que dependem de sua capacidade de comprar produtos e serviços, tais como alimentos, vestuário, transporte, lazer, etc. (Radar Social, 2005).

A renda pode ser entendida como o valor recebido por uma pessoa como remuneração do trabalho, prestação de serviço, venda de um produto e também como um auxílio de programas sociais dos governos federal e/ou municipais, de transferência de renda aos contemplados por estes.

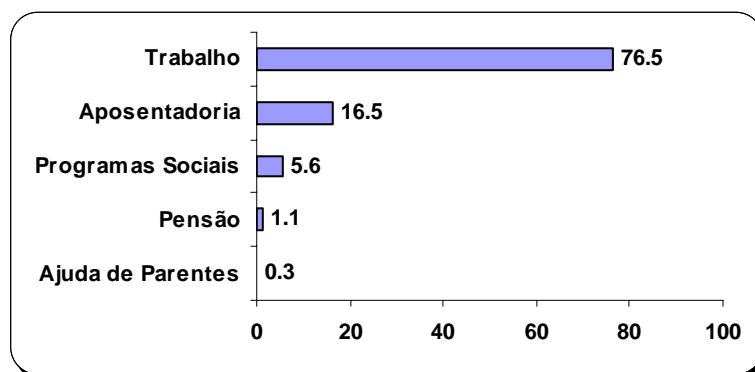
### Grupo 1:

De posse da Figura 3, é possível notar que, embora se trate de comunidades de baixa renda, o emprego ainda constitui a maior fonte de remuneração das famílias, representando 76,5% da renda total mensal. Em seguida, destacam-se as aposentadorias (16,5%) e os programas sociais que representam 5,6%.

Já no Grupo representado pelas famílias envolvidas nas ações coletivas, a participação de empregados é superior (82,26%) e a participação dos programas sociais representaram menos de 1% da renda média observada.

Dois fatos merecem destaque: primeiro, a participação dos programas sociais na renda familiar é baixa, embora 71,25% recebam auxílio de programas sociais; segundo, esse fator não parece ser determinante para o envolvimento da comunidade, em razão de ter sido observada, no Grupo 2, maior participação de pessoas empregadas e, destas, apenas 12,5% recebem auxílio de programas sociais.

A renda média das famílias analisadas é de 148,4% e a renda *per capita* é de 41,38% do salário vigente, bem abaixo da calculada no município em 2003. A renda total das famílias é proveniente (%):

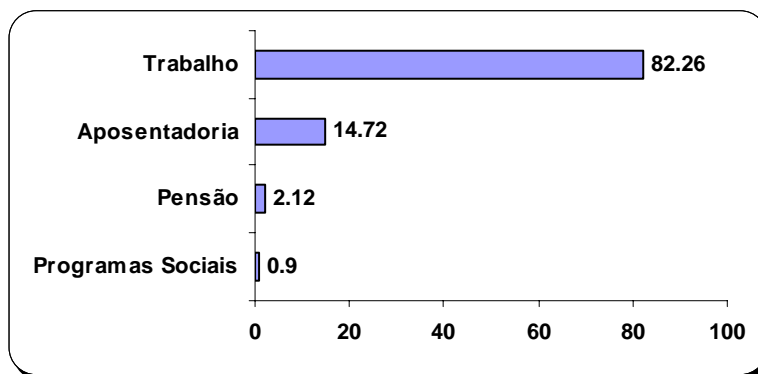


Fonte: Resultado da pesquisa

FIGURA 3: Principal fonte de renda.

### Grupo 2:

A renda média das famílias analisadas é de 204,7% e a renda *per capita* é de 47,1% do salário vigente. A renda total das famílias é proveniente (%):



Fonte: Resultado da pesquisa

FIGURA 4: Principal fonte de renda.

Existe um maior comprometimento para ações coletivas onde o número de assistidos pelos programas é menor. Observa-se que, no Grupo 1, composto somente por cadastrados no projeto, 71,25% recebem auxílio de programas sociais e, no Grupo 2, composto por participantes das ações coletivas, 12,5%. Além disso, constatou-se, também, que as pessoas que participam dessas ações coletivas não são, na maioria, atendidas pelos programas sociais.

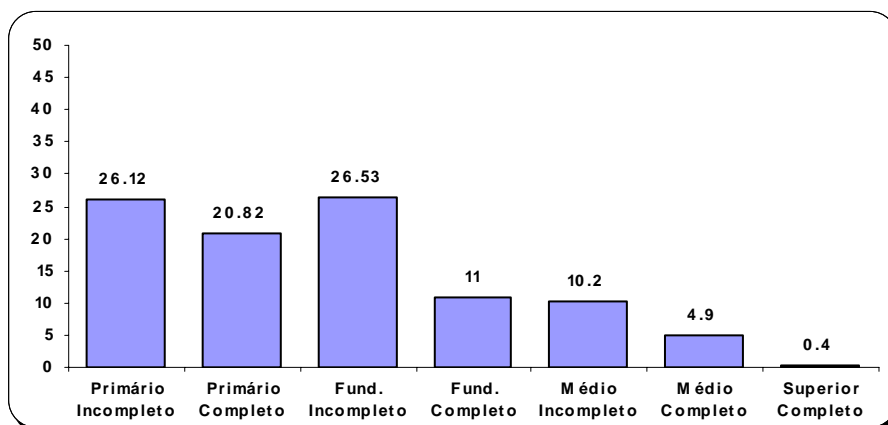
### 3.1.4 Educação e nível de escolaridade

A educação é fundamental para a inclusão de um indivíduo na sociedade. Por meio dela, as pessoas podem participar do âmbito econômico, social e político, exercendo assim seu papel de cidadão. A educação engloba ensinar e aprender. O bom desempenho em qualquer profissão, por exemplo, demanda um crescente grau de conhecimento, não apenas específico (sobre as técnicas próprias da atividade), mas também geral e diversificado (Radar Social, 2005).

Nas comunidades há a presença de uma creche e uma escola que atende as crianças até a quarta série (primário completo). Quando ultrapassam essa série escolar, buscam escolas em outros bairros. Porém, a distância dificulta o acesso, e o fato de serem comunidades urbanas com características rurais atendidas por escolas urbanas, desmotiva a permanência das crianças nas escolas. Isso se comprova pela baixa escolaridade (Figuras 5 e 6).

**Grupo 1:**

Há 20% dos membros acima de 10 anos<sup>5</sup>, que não sabem ler e/ou escrever, 30,7% dos membros freqüentam escola atualmente e 23,6% gostariam de voltar a estudar.

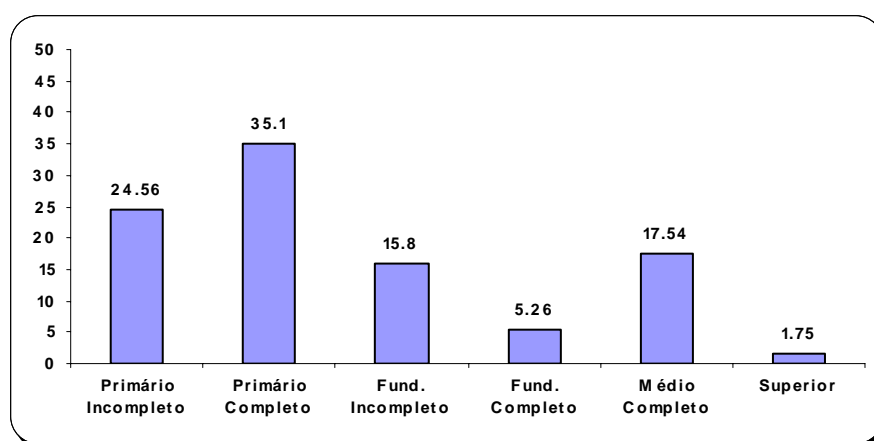


Fonte: Resultado da pesquisa

FIGURA 5: Escolaridade.

**Grupo 2:**

Há apenas 2% dos membros que não sabem ler e/ou escrever, 39% dos membros freqüentam escola atualmente e 25% gostariam de voltar a estudar.



Fonte: Resultado da pesquisa

FIGURA 6: Escolaridade.

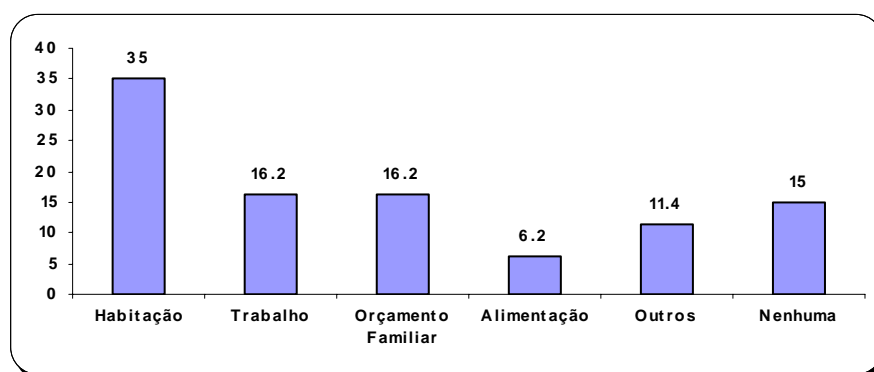
<sup>5</sup> 235 pessoas.

#### 4. MAIORES NECESSIDADES

Lacombe (2004) define necessidade como um desejo ou carência de uma pessoa em relação a um produto, serviço ou qualquer coisa que o atraia e lhe proporcione satisfação.

O homem possui necessidades, e estas podem variar de pessoa e também por situações. As necessidades acham-se relacionadas, na maioria das vezes, à alimentação, vestuário, habitação, trabalho, relacionamento, segurança pessoal e financeira, entre outros.

As maiores necessidades descritas pelo Grupo 1, que abarca também o Grupo 2, constituído pelas 80 famílias, são relacionadas a:



Fonte: **Resultado da pesquisa**

FIGURA 7: Principais necessidades das famílias cadastradas.

É interessante ressaltar que, no quesito OUTROS, apresentam-se necessidades por diversos fatores, entre eles, a falta de acesso ao crédito e problemas de relacionamento interpessoais. Também existem pessoas (15%) que se mostram satisfeitas com sua atual conjuntura de vida e não possuem nenhuma necessidade.

## 5. CONCLUSÃO

Por intermédio da experiência de Viçosa não se pôde constatar os avanços das ações coletivas conjugadas às política pública, enquanto instrumento de reparação ao viés social e de construção do coletivo. Mas, alguns fatores positivos podem ser observados.

Uma das limitações observadas, ao longo do trabalho, pauta-se na questão temporal, em que um corte seccional, baseando-se em um período específico do tempo, não se mostrou eficaz para a exploração do problema proposto. Assim, para uma exploração fidedigna do problema exige-se uma dimensão temporal maior, possibilitando o acompanhamento da evolução socioeconômica do objeto pesquisado.

Desse modo, devido à abrangência do tema e do grau de desenvolvimento das ações observadas, é possível derivar as seguintes respostas para as questões colocadas: existe um maior comprometimento para ações coletivas onde o número de assistidos pelos programas é menor. Foi observado que, no Grupo 1, somente cadastrados no projeto, 71,25% recebem auxílio de programas sociais e, no Grupo 2, os participantes das ações coletivas são de 12,5%.

Para tal foram realizados os cálculos nos dois grupos e constou-se também que as pessoas que participam dessas ações coletivas não são, na maioria, atendidas pelos programas sociais.

A participação dos programas sociais na renda familiar é baixa, embora a maioria receba auxílio de programas sociais; esse fator não parece ser determinante para o envolvimento da comunidade, em razão de ter sido observada, no Grupo 2, maior participação de pessoas empregadas, e destas uma pequena parcela recebe auxílio de programas sociais.

No entanto, deve-se ressaltar o fato de esse estudo ter se pautado em um universo restrito, o que estimula sua contextualização em outras regiões, com a consideração de outras variáveis.



Considerando o fato de o projeto ainda estar em fase de execução, foi possível, projetar o seguinte resultado, como consequência das ações implementadas.

As pessoas do Grupo 2, que em sua maioria não são atendidas por programas sociais, mas participam das ações coletivas, mostram-se satisfeitas com a participação nessas ações e têm visualizado nelas a possibilidade de inserção na sociedade, embasadas na propostas de geração de trabalho para o aumento da renda familiar hipossuficientes, conjugadas a aspectos de qualidade de vida, como educação, saúde, saneamento básico e outros.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO – **Comunidade solidária**. Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade. Brasília, 15p. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br/textos/publicações>>. Acesso em: 15 Fev. 2003.

DEDECCA, C.S. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, 99-118. 1998.

EM QUESTÃO. **Pesquisas revelam que diminuiu a miséria e a desigualdade social**. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/noticias/em\\_questao](http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao)>. Acesso em: 30 nov. 2005.

FGV. **Mapa do fim da fome**. Disponível em: <[http://www.rebidia.org.br/novida/FGV\\_MFOME.htm](http://www.rebidia.org.br/novida/FGV_MFOME.htm)>. Acesso em: 03 Nov. 2005.

FRANTZ, W. Educação e Cooperação: Práticas que se relacionam. **Revista Sociologias**, Porto Alegre. Ano 3. nº 6, p. 242-264, 2001.

IBGE. **Cidade@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 07 Nov. 2005.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD/2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 28 Nov. 2005.

IPEA. **Radar Social 2005**. Brasília: IPEA, 2005.

LACOMBE, F. J. M. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAVINAS, L. **Programas de garantia de renda mínima: Perspectivas brasileiras**. Texto para Discussão nº 596. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LÉVY, P. **A Inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. 2º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIMA, J.C. **Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale dos Sinos**. São Carlos, 2005.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PNUD. **Programas das nações unidas para o desenvolvimento: Pobreza e desigualdade**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens)>. Acesso em: 05 Nov. 2005.

SENAES/TEM. **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004.

SILVA, J.G.; BELIK, W.; TAKAGI, M. **Projeto Fome Zero** - Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.118p.

SUPLICY, E. M.; CURRY, S. A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 1, 101 – 121. 1994.

VALADARES, J. H. **Cooperativismo**: Lições para a nossa prática. Brasília: SESCOOP, 2003.